

ATA NÚMERO 248/XII/3.ª SL

Aos 30 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Conclusão da definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV) – Proceder à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
2. Outros assuntos.

-
- 1. Conclusão da definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV) – Proceder à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).**

Sobre a apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª \(GOV\)](#), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para fundamentar as propostas de audições efetuadas, recordando o Senhor Presidente, por ausência do Grupo Parlamentar do BE, as propostas deste GP.

O Senhor Presidente recordou ter sido consensualizada, na véspera, a audição dos Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Segurança Social, tendo ainda sido suscitada a audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, ao que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) considerou que deveriam ser convocados os Ministros, com faculdade de delegação.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou que as audições, em sede de especialidade, dos Orçamentos rectificativos têm ocorrido apenas com membros do Governo, frequentemente com equipas de Secretários de Estado. Informou, de seguida, que as matérias da ADSE estão na tutela do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, o que não obsta à vinda do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, que até acompanha as matérias referentes à CES quanto à CGA. Enfim, recordou que a iniciativa legislativa fora submetida a apreciação pública, dando oportunidade às entidades de se pronunciarem sobre o diploma.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) acompanhou a intervenção anterior, considerando dever manter-se a prática parlamentar de tramitação dos Orçamentos rectificativos e sublinhando a oportunidade de pronúncia das entidades que o desejem fazer, em sede de apreciação pública.

O Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS), anuindo à prática de tramitação referida, considerou que o presente diploma não se enquadra numa situação de normalidade, pelo facto de dele constarem medidas com forte impacto nomeadamente em sede de rendimentos dos trabalhadores e pensionistas, não se opondo às audições propostas e reiterando o acordo com a audição já consensualizada na véspera.

Interveio por fim o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que considerou que as apreciações públicas não inibem a Assembleia da República de tomar as diligências que entender por oportunas, incluindo audições, como aliás ocorreu em situações anteriores, termos em que reiterou as audições propostas.

Não se gerando consenso, o Senhor Presidente submeteu a votação as propostas de audições de entidades representativas dos trabalhadores e de entidades representativas de reformados e pensionistas, tendo estas sido rejeitadas com os votos favoráveis de PS e PCP e contra de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE. A audição dos membros do Governo foi consensualmente aprovada.

De seguida, o Senhor Presidente recordou a proposta de metodologia já apresentada pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) anteriormente, de definição do prazo limite para apresentação de propostas de alteração para as 15h de terça-feira, 4 de fevereiro, com vista à discussão e votação, na especialidade, na reunião ordinária da Comissão de 5 de fevereiro. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para manifestar o desacordo quanto aos reiterados prazos curtos de tramitação de processos legislativos, recordando casos recentes relativamente aos quais já haviam sido detetadas necessidades de retificações, ao que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) discordou, recordando, não obstante as divergências políticas, o carácter diminuto da proposta de lei (5 artigos), tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reiterado a intervenção anterior e recordado poderem ser apresentadas propostas referentes a todos os artigos do OE.

Foi então definida a metodologia referida, sob condição da confirmação das audições dos membros do Governo para o dia seguinte.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

2. Outros assuntos.

Não foram suscitados assuntos adicionais.

A reunião foi encerrada às 15:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de janeiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Jesus Marques
Conceição Bessa Ruão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
João Galamba
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos